



CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - CEP 37.925-000 - Centro - Piumhi/MG
CNPJ: 04.889.589/0001-81 Site: www.piumhi.mg.leg.br
E-mail: apoio@camarapiumhi.mg.gov.br Telefone: (37) 3371-1551 / 1384

RELATÓRIO CONCLUSIVO Nº 019/2022

(Art. 143, § Único do Regimento Interno)

Ref. Denúncia Santa Casa de Misericórdia de Piumhi/MG

Sr. Presidente.

Esta vereadora abaixo subscrita, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas para o caso em apreço, apresenta em suas conclusões, o seguinte relatório para fins de deliberação desta Casa Legislativa, por meio das Comissões pertinentes e Plenário:

1. Objeto.

Possíveis irregularidades na administração/gestão de recursos no âmbito da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi/MG, com reflexos/comprometimento no atendimento à saúde da população.

2. Análise Geral conclusiva.

Conforme se tornou público e notório nesta Casa e em todo município, os questionamentos/apontamentos feitos por esta vereadora (no exercício de suas funções) ao longo dos últimos 4 meses, está diretamente relacionado a possíveis irregularidades na administração/gestão de recursos financeiros (inclusive públicos) no âmbito da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi/MG com reflexos constantes na saúde prestada aos munícipes, reclamações e críticas na qualidade e, deficiência no atendimento à população.

2.1. Registro, inicialmente, as conclusões do setor jurídico/contábil desta Casa:

“Analisando todos os instrumentos firmados entre o município de Piumhi e a Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, verifica-se que é obrigação do município realizar a supervisão direta e indireta em relação ao Convênio e executar a prestação de Contas através de documentos comprobatórios e notas fiscais relacionados ao Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo município. Assim, encaminhamos a presente análise jurídico-contábil para apreciação e conclusão de relatório final no procedimento n. 020/2022 – Requerimento n. 051/2022”.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - CEP 37.925-000 - Centro - Piumhi/MG

CNPJ: 04.889.589/0001-81 Site: www.piumhi.mg.leg.br

E-mail: apoio@camarapiumhi.mg.gov.br Telefone: (37) 3371-1551 / 1384

De acordo com o art. 60 do Regimento Interno desta Casa "a matéria sujeita a apreciação das Comissões Permanentes será analisada previamente pelas assessorias jurídicas e/ou contábil da Casa, por decisão do presidente da Câmara ou por solicitação das Comissões Permanentes.

No caso em tela, houve parecer contábil/jurídico, por decisão da presidência da Câmara, conforme Regimento.

No entanto, conforme se vê do conteúdo e conclusões do referido Parecer, o que se tem é que ***"que é obrigação do município realizar a supervisão direta e indireta em relação ao Convênio e executar a prestação de Contas através de documentos comprobatórios e notas fiscais relacionados ao Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo município"***.

Nem vou aqui atribuir responsabilidade aos nossos assessores/pareceristas, pela deficiência técnica e generalidades apresentada na chamada "análise" constante do parecer, ***que se limitou a enumerar e transcrever números e valores de notas fiscais, anexando e reproduzindo os termos dos Convênios firmados com o município***. Afinal, a matéria é mesmo complexa e, como tenho dito e reiterado desde que se iniciou os procedimentos no âmbito desta Casa, O CASO É PARA AUDITORIA.

2.2. O ofício 1209/2022/DIR/SCMP, mostra a complexidade do sistema estrutural que sustenta a Santa Casa de Misericórdia de Piumhi.

Esta vereadora não mediu esforços na tentativa de compreender toda a estrutura composta pelas várias fontes de recursos que subsidiam os serviços de saúde oferecido pela Santa Casa à população, mesmo sem ter o conhecimento específico (contábil/jurídico). Aliás, o que parece nem ser suficiente apenas "conhecimento contábil/jurídico", pelo que se vê da análise superficial/geral constante do parecer dos assessores técnicos desta Casa, é necessário além da formação contábil/jurídica, o conhecimento específico e direcionado para auditorias na área da saúde. O que reforça meu posicionamento originário de contratação de empresa para a realização de uma auditoria independente.

É preciso se desvencilhar do PRECONCEITO que permeia a expressão AUDITORIA, que sempre vem carregada no sentido de que tudo está errado ou ilegal, quando na verdade, o que ela (auditoria) faz é elucidar a situação posta, mostrando, INCLUSIVE, a coerência e a legalidade dos atos praticados pelo gestor dos recursos públicos e particulares, o que não pode ser objeto de TEMOR do gestor. Explica-se:

A Auditoria acrescenta transparência e credibilidade aos usuários das demonstrações contábeis elaboradas pela administração da Entidade.

O exame de auditoria para as Entidades de Interesse Social, feito por auditores independentes, é uma exigência que pode ser feita pelo **Poder Público, por financiadores, estatutária ou legal, ou ainda, por liberalidade do corpo diretivo em convergência aos conceitos de governança corporativa**. Em qualquer um dos casos citados, **deve a auditoria ser feita por auditor independente, legalmente habilitado no Conselho Regional de Classe**.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - CEP 37.925-000 - Centro - Piumhi/MG
CNPJ: 04.889.589/0001-81 Site: www.piumhi.mg.leg.br
E-mail: apoio@camarapiumhi.mg.gov.br Telefone: (37) 3371-1551 / 1384

Auditoria no Terceiro Setor é um trabalho de validação dos resultados contábeis de uma organização do **Terceiro Setor**. Uma empresa independente irá analisar todos os procedimentos e resultados contábeis, emitindo um relatório validando tudo ou indicando aquilo que, eventualmente, não esteja correto.

De toda a documentação (deficiente, diga-se passagem) encaminhada pela Santa Casa e analisada por esta vereadora, foi possível analisar e verificar (na tentativa de compreender) as várias fontes de recursos financeiros que a sustentam (**Valora Minas; SUS; Convênio com Município de Piumhi para urgência/emergência; Leitos de Retaguarda; CINSC, entre outros**). De igual forma, as notas fiscais, folha de pagamento e demais documentos encaminhados, possibilitando o conhecimento apenas SUPERFICIAL do cenário que envolve a gestão da Santa Casa. No entanto, é preciso a CONFRONTAÇÃO de dados para se identificar falhas/irregularidade e aponta saídas/soluções e respostas para a situação caótica pela qual se encontra.

Ainda, conforme tenho dito e reiterado, não há óbice legal nenhum à contratação de AUDITORIA por parte da Administração Pública (município), para realização dos procedimentos no âmbito da Santa Casa, a exemplo do que ocorre nas atribuições do Tribunal de Contas, trazidas no Regimento Interno daquela Corte de Contas, que entre outras coisas diz:

O controle externo exercido pelo Tribunal compreende a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e abrange os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de atos que gerem receita ou despesa pública. A Constituição Estadual, ao tratar da fiscalização dos bens e valores públicos, estabeleceu no art. 76 as diretrizes que norteiam as ações do controle externo, consolidadas e detalhadas pela Lei Complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008. Esse diploma legal define a jurisdição e competências conforme transcrição abaixo: Art. 2º Sujeitam-se à jurisdição do Tribunal: I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município; V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres;

O TCE/MG, em sua fiscalização, tem o papel de Controle Externo, que auxilia o Poder Legislativo nos atos de fiscalização do uso dos recursos públicos.

O caso da Santa Casa de Piumhi, comporta a situação e sujeição à norma acima descrita, pois é pessoa jurídica privada que recebe, utiliza e administra recursos públicos, o que justifica a contratação de AUDITORIA INDEPENDENTE para análise pormenorizada e confrontação dos dados relacionados a todas as RECEITAS e DESPESAS havidas e realizadas em sua gestão, pelo menos no que se refere aos últimos 05 (cinco) anos, como forma de dar resposta a esta Casa e à população, sobretudo.

É o que tenho a relatar, requerer e, no mesmo, submeter à deliberação desta Casa.

Piumhi/MG, 16 de novembro de 2022.



Shirley Elaine Gonçalves Faria
SHIRLEY ELAINE GONÇALVES FARIA
Vereadora – 2021/2024